

A EDUCAÇÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: REFLEXOS E REFLEXÕES

*Tânia Gorayeb Sucupira
Camila Saraiva de Matos
Bruna Germana Nunes Mota*

Introdução

O objetivo deste estudo é traçar, de forma analítica e reflexiva, um panorama discursivo a respeito de questões educacionais, mediante o fenômeno de internacionalização e transnacionalização da economia. Transformações da estrutura produtiva, como um todo, instauram novos elementos e formatos na sociedade, ainda na década de 1970, influenciados pela ortodoxia política de caráter liberal e submissa aos ditames de organismos multilaterais.

Ideias e dados postos por Shiroma (2003), Saviani (2008), Arrais Neto (2006) e outros estudiosos da temática demonstram efeitos do liberalismo no projeto de reordenamento global que consolida o modelo hegemônico mundial, orientado por políticas sociais e econômicas alinhadas com o neoliberalismo. Neste cenário de transformações tecnológicas profundas, a educação se insere no cerne da alteração como estratégia e meio de enfrentar a competitividade internacional e promover a ascensão do protagonismo econômico do Brasil nesta agenda.

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação e o acentuado perfil tecnológico da produção impõem novos desafios à formação de capital humano produtivo, assumindo papel preponderante na forma de subsumir países ao ambiente mundial de relações humanas e negócios. A conjuntura globalizante pautada pelos aspectos da produ-

tividade que requer mão de obra qualificada faz com que a educação seja incumbida do papel de sustentação da competitividade exigida pelo referido contexto. A educação passa a atuar como dispositivo científico e tecnológico, demudada em força produtiva visando responder aos padrões políticos e econômicos desejantes.

A discussão adota, como problemática, o fato de que a tônica apresentada pelo axioma neoliberal representa a educação como um serviço de mercado, ressaltando-a do susten-táculo de políticas públicas para incorporar ao instituto uma dimensão de produto de mercado a ser explorado pelo capi-tal privado. Nessa forma, destaca-se um conjunto de disposi-tivos político-econômicos que organizam a economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista acima de qualquer outro conjunto de valores.

O ensaio em questão é pautado por uma abordagem metodológica bibliográfica subsidiada por aporte teórico concernente de autores estudiosos das temáticas analisadas: Libâneo (1999), Shiroma (2003), Saviani (2008), Arrais Neto (2006), Rocha (2006), Marinho (2006), Lima (2006) e Gadotti (2010), os quais medeiam o desenvolvimento da discussão proposta, inclusive com subsídios científicos que alicerçam análises e conclusões acerca dos fenômenos descritos.

Antecipa-se, entre outros achados, que a interpretação de elementos no contexto e documentos elencados neste estudo sugere o fim das metanarrativas e utopias de esperança de uma educação politicamente planejada para construção de um mundo melhor e mais humanizado. O poder do capi-tal privado e a influência da busca pelo ganho financeiro a qualquer custo, presentes na base da lógica reprodutiva de projetos políticos que predominam na sociedade, eviden-ciam a característica de inevitabilidade e irreversibilidade da globalização capitalista.



Contextualizando: os aspectos educacionais e as políticas neoliberais

A crise mundial do capitalismo vivenciada nos anos 1970 impõe novo arranjo social, político e econômico em âmbito mundial (ARRAIS NETO, 2006). Mudanças qualitativas no campo tecnológico e inovadoras, na organização do trabalho fundamentam a Reforma Estatal de doutrina liberal, cuja premissa básica aponta para a não intervenção do Estado nas relações de mercado, deixando livres os grupos investidores e proprietários dos meios de produção para aplicarem a seu modo, bens e capitais financeiros.

Destacam-se, do bojo considerado por Arrais Neto (2006), observações acerca de impactos decorrentes do novo arranjo sistêmico: redimensionamento da forma de sociedade política e mudanças nas relações de trabalho, a partir de redimensionamento da qualificação do capital humano de forças produtivas.

É princípio liberal, entre outros, deixar de regular a relação entre empregador e empregado o que, consoante Shiroma (2003), leva a classe proprietária a explorar a classe trabalhadora. Em seus estudos, a autora se refere ao neoliberalismo, definindo-o como a política de doutrina liberal hodiernamente adequada para a era da globalização com o propósito de alinhar o mundo em uma mesma agenda política e econômica.

Nesta nova divisão de trabalho e negócios, economicamente internacionalizada, a educação é tida como estratégia para formar mão de obra produtora de bens e serviços em ambiente de alta competitividade. Recorre-se a conclusões em Shiroma (2003), a respeito de determinações de agências multilaterais, como Banco Mundial e Organização das Nações Unidas – ONU, as quais avaliam dados, apreciam diagnósticos extraídos de documentos oficiais e concluem ser necessário

e elevar a qualificação técnica e profissional de trabalhadores de nações em desenvolvimento, de forma a aumentar a produtividade para competir no mercado externo.

O relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, em 1990, adverte aos governos dos países-membros um conjunto de reformas nos seus sistemas educativos, com vistas ao aprimoramento da estrutura produtiva. Segundo a recomendação, é finalidade da escola preparar força de trabalho barata e bem qualificada. Currículo e conteúdos planejados para treinar o profissional apto à inclusão na moderna sociedade produtiva formam o trabalhador ágil e versátil, adequado a inovações, flexível e com poder de comunicação.

Naquele mesmo ano, a reunião de líderes para a Conferência Mundial de Educação para Todos, incluindo a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura – UNESCO, o Fundo das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura – UNICEF, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e o Banco Mundial, resulta no Plano Decenal de Educação para Todos, a vigorar de 1993 até 2003 assegurando, entre suas metas: educação básica de qualidade para o Brasil e outros países com baixos indicadores educacionais: Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão (SHIROMA, 2003).

Seguindo o movimento mundial, entre 1993 e 1996, o Relatório Delors, da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI conclui, de acordo com Shiroma (2003), que a globalização e o progresso promoveram um processo de exclusão social e altos índices de desemprego, sugerindo revisão da política educacional, mundialmente, para atender aos desafios do novo século.

A diferença no patamar de desenvolvimento entre as sociedades analisadas ressalta a tensão provocada pelas distor-

ções da mundialização: quanto a referências e raízes, à necessidade de inclusão dos países com baixos índices de progresso tecnológico no campo da ciência e tecnologia, ao esforço de adaptação das várias culturas e mentalidades à sociedade informacional e à importância de fortalecer a democracia.

O Relatório Delors propõe, neste sentido, uma educação continuada ao longo de toda a vida, formando cidadãos aprendentes para inserção em uma nova configuração de sociedade: mais harmoniosa e democrática, que busquem reduzir a pobreza e a exclusão social. Neste sentido é que a proposta educacional ancora a formação escolar em quatro tipos de aprendizagens: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver junto.

As medidas sugeridas pelo Relatório Delors para alcançar os objetivos definidos envolvem: educação básica e de conteúdo universal, indicada dos 3 aos 12 anos e ofertada de forma obrigatória; educação de nível médio, articulada com o ensino secundário para responder às exigências de profissionalização, assim como ensino superior como motor para o desenvolvimento econômico. A qualificação continuada objetiva atender à dinâmica de atualização de técnicas e tecnologias, garantindo o ajuste do trabalhador ao aprimoramento produtivo.

No Brasil, a educação, cuja política tem sido descontínua e pouco efetiva, ao longo de toda sua história, consoante Saviani (2008) encontra os anos de 1990 com 22% da população de analfabetos plenos, 38% de brasileiros com formação máxima na antiga 4ª série e alto índice de evasão escolar, ou seja, dos 22 milhões de matriculados em 1982, o autor informa que pouco mais de 3 milhões chegaram ao ensino médio.

Análise da conjuntura educacional na sociedade deste período e a série de advertências feitas pelas agências mundiais financiadoras impõem ao Estado discutir e implemen-

tar políticas educacionais para darem conta de superar o quadro educacional crítico: garantir educação básica, erradicar o analfabetismo e universalizar o acesso à escola pública.

O esforço por legitimar ações com vistas a atender as exigências dos organismos internacionais conduz a reformas no âmbito educacional, visando o reordenamento das políticas educacionais: descentralização da atuação do Estado e estabelecimento de critérios de eficiência e qualidade, incluindo a transferência de responsabilidades para a comunidade via parcerias Estado-sociedade, controle de resultados e mecanismos de avaliação de alunos e instituições.

Adequar as condições para absorver o imenso contingente excluído de atendimento educacional implica em modificar a conjuntura política e adaptar a formação escolar a um padrão mínimo. Criar um sistema educacional inclusivo, provedor de instrução básica e com programa que valorize a aprendizagem, considerando apoio econômico, social e cultural, recursos financeiros de fontes públicas e privadas, bem como trabalhos voluntários, cultivando na sociedade civil o espírito de solidariedade nacional e de cooperação.

O Estado, antes administrador e provedor de educação, passa a incentivador, avaliador e gerador de políticas, concentrando sua atuação na elaboração de estratégias de promoção ao acesso universal à escola. Valores como competitividade e solidariedade ampliam condições e oportunidades para que a sociedade tecnológica e informacional tenha acesso aos códigos da atualidade e conteúdos de formação para a conquista do emprego.

A educação, à luz do pensamento neoliberal, deixa de ser um direito do cidadão e passa a ser um produto a serviço do mercado, deixando a esfera de política pública para entrar na dimensão de bem de consumo a ser explorado pelo capital privado. A educação ganha status de mercadoria avaliada, do



ponto de vista econômico, sob critérios da modernidade: eficiência e eficácia, nos termos de Rocha (2006).

A matriz de conteúdos da educação institucionalizada, para atender às demandas de sobrevivência neste novo ambiente político neoliberal, globalizado e multidimensional requer um currículo que contemple o cultivo de saberes específicos: conhecimentos que visem à formação do cidadão produtivo com habilidades para ser adaptável, útil, proativo e capaz de interagir globalmente.

Na esteira das transformações, os professores são vistos como responsáveis para realizar as mudanças necessárias para readequação do perfil do indivíduo produtivo da sociedade, congruente Gadotti (2010) e a universidade deve formar este profissional da educação apto a preparar crianças e jovens para sobreviver no mundo tecnologicamente ultramoderno, socialmente diverso e fisicamente globalizado.

Habilidades de tolerância à diversidade, pluralismo de ideias, postura democrática e capacidade de inclusão na sociedade da informação são competências a serem monitoradas durante o percurso de formação desde as etapas iniciais de escolarização. Os professores serão reconhecidos pelo desempenho da sua prática profissional e aferidos em sua capacidade produtiva na medida dos resultados demonstrados nos instrumentais de avaliações das suas turmas.

Como dito, na expansão da oferta e realinhamento de políticas da educação, reforça-se a influência orgânica dos organismos financiadores, como UNESCO e Banco Mundial no processo de privatização da educação e monitoramento dos índices de progresso obtidos por instrumentais de avaliação e avaliados a partir de relatórios de desempenho e indicadores de resultado.

O discurso oficial que ampara a abertura do mercado para exploração pela iniciativa privada de prestação de ser-

viços em educação, ensino e qualificação ancora-se no argumento de incapacidade dos governos para, sozinhos, alocarem o montante necessário de recursos financeiros. Concorde-se com Rocha (2006) quando pondera que, mesmo em países desenvolvidos, o Estado aléga insuficiência de fontes de investimento e aporte financeiro para aplicar na estruturação e garantia de atendimento da educação, em especial a de nível superior, em ritmo e volume exigidos pelo novo paradigma capitalista.

Neste modelo neoliberal de educação formal reverberam-se críticas de Libâneo (1999), acerca da dualidade percebida na proposta oficial para gestão da educação pública. Priorizar interesses internacionais que articulam o projeto educacional nacional ao conjunto de regras de um modelo econômico, social e político de natureza neoliberal, enfraquece referências ético-políticas de caráter social inclusivo num patamar básico de qualidade de vida, fortalecendo critérios de eficiência e produtividade, mais adequados a ao modelo de negócios de interesse de grupos capitalistas.

Antes de ser promulgada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi debatida entre congressistas e membros da sociedade civil. O instrumento de regulamentação do ensino para o desenvolvimento social, científico e tecnológico da nação e qualificação profissional da força de trabalho é delineado sob a égide da nova ortodoxia política e econômica: garantia de universalização da escolarização e democratização de oportunidades educacionais.

Também alinhada ao novo arranjo sistêmico, a Lei nº 8.958/1994, sancionada pelo presidente Itamar Franco, regula a relação entre Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs de um lado e fundações de direito privado de outro. A finali-

dade da parceria público-privada, é apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento científico e tecnológico e estímulo à inovação. Na prática, o dispositivo legaliza o uso de recursos públicos por entes privados e a venda de serviços, até então ofertados gratuitamente, por entidades públicas de ensino superior.

O Financiamento Estudantil – FIES, criado em 1999, em substituição ao Crédito Educativo – CREDUC, ampliou o acesso ao ensino superior (ROCHA, 2006). O Programa de política pública financia a formação em IES privadas credenciadas para a graduação de estudantes carentes. A lógica do capital é percebida na relação entre o programa oficial de financiamento educacional e o estudante beneficiário. Para terem acesso ao empréstimo, que é parcial, os “alunos-clientes” assinam Contrato de Abertura de Crédito, que inclui fiador, em alguns casos, e prevê cancelamento do financiamento da educação, em caso de atraso no pagamento da mensalidade.

O Programa Universidade Para Todos – PROUNI é outro exemplo de política educacional que transfere recursos públicos para a iniciativa privada. Coaduna-se com Rocha (2006), ao criticar a fragilidade do programa quanto ao critério de concessão do empréstimo, que estabelece um teto de renda familiar per capita muito baixo (não mais que um salário mínimo e meio). Ora, a baixa renda torna impossível para o estudante custear despesas extras que não são cobertas pela bolsa, tais como material didático, deslocamento e alimentação, entre outras.

Concorda-se com Marinho (2006) quanto à análise que desenvolve acerca da configuração da nova sociedade, devido à forma atual do capitalismo, bem como com Rocha (2006) ao alertar para os riscos de a educação ficar refém da lógica do mercado. Em suas palavras:

Assim, a sociedade aparece como uma competição de organizações efêmeras e mutáveis, com estratégias e programas particulares, afeitas à ideia de flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças rápidas que caracterizam os novos tempos (MARINHO, 2006, p. 350) [...] Em tempos de capital em crise, a universidade pública (historicamente calcada no tripé ensino-pesquisa-extensão) amparada pelas fundações de apoio, passa de instituição social para organização empresarial, presidida pela lógica e pelos interesses do mercado (ROCHA, 2006, p.265).

Partindo das assertivas, infere-se que a educação básica inscreve-se em modelo institucional esvaziado do papel de construtor de conhecimento emancipador e reconfigura-se como percurso formativo de fixação de conteúdos para a vida frenética em transformações e competitiva na essência, assumindo a responsabilidade de acolher a sociedade e protegê-la de riscos e vulnerabilidade.

A educação superior se volta para uma produção científica reducionista marcada por viés fortemente utilitarista, cujo fim imediato é o serviço ao grande capital, concentrando-se no ensino, muitas vezes raso e aligeirado, e eximindo-se de compromissos com investimentos em pesquisa e extensão.

Considerações finais

Diante desse quadro, verifica-se que a nova concepção de educação, delineada para ser mais uma mercadoria no balcão de negócios capitalistas e menos como uma ferramenta formal para preparar para a convivência em uma sociedade humanamente melhor, oculta a dimensão cultural e política da formação institucional.

Resume-se o investimento em aumentar a escolaridade e formar profissionais em cursos aligeirados no tempo e esva-

ziados nos conteúdos, privilegiando a aplicação de recursos em competências técnico-científicas, mais apropriadas para a disputa dos postos de trabalho mais elevados, do ponto de vista tecnológico, mas os números elevados divulgados nos censos de desempregados demonstra que não se amplia a oferta de postos de trabalho para a colocação da força qualificada.

Quanto à prática do ensino, o recurso financeiro aplicado é insuficiente e mal direcionado. O quadro docente chega ao mercado com pouco preparo para utilizar e interagir com o universo de novas tecnologias e se inserir no conjunto de inovações pedagógicas. A infraestrutura das escolas carece de modernização nos sistemas e instalação de equipamentos para adequar o quadro docente às evoluções tecnológicas, tampouco há preocupação em melhorar as condições de trabalho e garantir remuneração digna aos professores.

O sistema inculca no indivíduo a exigência de alta qualificação para a conquista de emprego, especialização profissional e necessidade constante de atualização tecnológica, exigindo sempre e mais investimento do trabalhador em educação: um “serviço/mercadoria” cotado a preço alto no mercado, mas que nem sempre é ofertado com qualidade.

Passadas décadas de implantação do modelo político e econômico neoliberal, as nações que adotaram o novo paradigma capitalista apresentam índices preocupantes de desemprego, comprovando que a massificação do discurso que exige do moderno cidadão produtivo aquisição das chamadas “novas competências”, tal como citado por Lima (2006, p. 251), na prática, não garante chances de inserção no mercado de trabalho. Na realidade, o que as estatísticas constata é a ocorrência de um número expressivo de profissionais formados em nível superior, com qualificação técnica e nível tecnológico atestado, mas fora do mercado de trabalho, ou lotados em subempregos.



Referências

ARRAIS NETO, E. A. Globalização, neoliberalismo e pós-modernidade: o capitalismo em crise e as novas formas sociais. In: RABELO, J.; et al. (Org). *Trabalho, educação e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Claudia Gonçalves de. Transformações nas universidades públicas no capitalismo periférico. In: _____. *Trabalho, Educação e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

MARINHO, Cristiane Maria. Universidade e pós-modernidade. In: RABELO, J.; et al. (Org). *Trabalho, Educação e a Crítica Marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

MOACIR Gadotti. *Escola cidadã*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010

ROCHA, A. R. M. Reforma e deforma universitária: o público e o privado e a crise do ensino superior. In: RABELO, J.; et al. (Org). *Trabalho, educação e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

SAVIANI Demerval. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SHIROMA, Eneida O.; EVANGELISTA, Olinda. Um fantasma ronda o professor: a mística da competência. In: MORAES, M. C. M. de (Org.). *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

